



00190058520114014000

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Processo Nº 0019005-85.2011.4.01.4000 - 3ª VARA - TERESINA
Nº de registro e-CVD 00127.2019.00034000.2.00708/00128

PROCESSO Nº 19005-85.2011.4.01.4000

CLASSE 13101 - PROCESSO COMUM/JUIZ SINGULAR

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

RÉU: RONALDO CESAR LAGES CASTELO BRANCO

SENTENÇA

Tipo “D” - Resolução nº 535/06 – CJF

RELATÓRIO

Trata-se de **AÇÃO PENAL** ajuizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** em face de **RONALDO CÉSAR LAGES CASTELO BRANCO**, devidamente qualificado na peça acusatória, atribuindo-lhe a prática dos delitos previstos nos artigos 304 c/c 298 e artigo 304 c/c 299, do Código Penal.

De acordo com a acusação, o denunciado, no dia **25/11/2003**, quando já não era mais prefeito do município de Nossa Senhora dos Remédios/PI, “*usou, perante o Tribunal de Contas da União - TCU, documentos públicos e privados material e ideologicamente falsificados, ao enviar, de maneira intempestiva, a prestação de contas da aplicação dos recursos do Convênio nº 750481/2000*”. Buscava com isso “*alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja, a não realização de processo de licitação para aquisição de veículo objeto do referido convênio*”.

Afirma o MPF que o Convênio 750481/2000 foi firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e a prefeitura de Nossa Senhora dos Remédios/PI, durante a administração do ex-prefeito **RONALDO CÉSAR LAGES CASTELO BRANCO**, tendo como objeto a aquisição de veículo automotor destinado ao transporte de alunos matriculados no ensino fundamental das redes estadual e municipal, residentes prioritariamente na zona rural.

Salienta que o TCU, ao analisar a prestação de contas relativa ao convênio supramencionado, verificou possível irregularidade no processo licitatório para a aquisição do veículo.

Após investigações e oitivas de pessoas ligadas ao suposto procedimento licitatório, constatou-se que este não teria ocorrido de fato, verificando-se a existência de documentos



00190058520114014000

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Processo Nº 0019005-85.2011.4.01.4000 - 3ª VARA - TERESINA
Nº de registro e-CVD 00127.2019.00034000.2.00708/00128

falsificados para comprovar, perante o TCU, a regularidade da aquisição do veículo.

Dessa maneira, por ter usado, perante o TCU, documentos públicos ideologicamente falsificados e documentos particulares materialmente falsificados, com o objetivo de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja, a não realização de licitação para aquisição de veículo objeto do Convênio nº 750481/2000, entende o MPF que o acusado teria praticado a conduta tipificada no art. 304 c/c os artigos 298 e 299 (para fins de aplicação das penas), todos do Código Penal.

A acusação arrolou testemunhas.

A Denúncia foi **recebida** em 29/08/2011 (fl. 626).

Em resposta à acusação, a defesa alegou que nenhuma falsificação restou constatada e requereu a absolvição sumária do réu, nos termos do inciso III do artigo 397 do Código de Processo Penal e apresentou testemunhas (672/677).

Em decisão de fl. 680, **rejeitou-se a absolvição sumária** e designou-se audiência de Instrução para oitiva das testemunhas e interrogatório do réu.

À fl. 717, foi juntada **Ata de audiência** referente à **oitiva de testemunhas**. A mídia respectiva foi juntada à fl. 718.

O MPF, às fls. 723/724, requereu a realização de perícia grafotécnica para verificar a autenticidade das assinaturas e manifestou-se pela desistência das demais testemunhas. Em despacho de fl. 725, foi deferida a manifestação do *parquet*.

Às fls. 788/798, foi juntado o Laudo de Perícia Criminal Federal (Documentoscopia).

À fl. 810/811, foi juntada **Ata de audiência** referente à **oitiva de testemunhas**.

A defesa solicitou fosse “*feito exame pericial nos dados grafológicos do requerente em cotejo com as assinaturas já periciadas*” (fl. 825). Em despacho de fls. 832/833, foi indeferido o pedido da defesa.

O interrogatório do réu foi realizado no dia **16/10/2018**, conforme termo de audiência de fls. 924, com mídia de fls. 925.

Na fase do art. 402 do CPP, as partes nada requereram.

Por fim, às fls. 930/934, o MPF ofereceu **alegações finais**, reiterando o pedido de condenação versado na denúncia, sendo que, às folhas 946/948, a defesa apresentou as suas **alegações finais** pugnando pela absolvição do réu por ausência de provas.

Certidões de antecedentes criminais acostadas às fls. 954/970.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Processo Nº 0019005-85.2011.4.01.4000 - 3ª VARA - TERESINA
Nº de registro e-CVD 00127.2019.00034000.2.00708/00128

Vieram-me os autos conclusos. É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Sem preliminares, passa-se ao mérito.

O réu está sendo acusado de ter usado, perante o TCU, documentos públicos ideologicamente falsificados e documentos particulares materialmente falsificados, com o objetivo de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja, a não realização de licitação para aquisição de veículo objeto do Convênio nº 750481/2000, incidindo, assim na conduta dos arts. 304 c/c arts. 298 e 299, do Código Penal, que assim dispõem:

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:

Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

Dessa feita, para cometer o crime de falsidade ideológica deve o agente, em um documento público ou particular, ocultar alguma informação que não poderia ser ocultada ou inserir alguma informação que não poderia ser inserida, com o intuito de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, bastando, para o crime de falsificação de documento particular, a mera realização da conduta.

Nesse sentido, passa-se a verificar se restaram comprovadas a autoria e a



00190058520114014000

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Processo Nº 0019005-85.2011.4.01.4000 - 3ª VARA - TERESINA
Nº de registro e-CVD 00127.2019.00034000.2.00708/00128

materialidade delitivas do delito de uso de documento ideológica e materialmente falsos.

DO DELITO CAPITULADO NO ART. 304, c/c ART. 299, DO CÓDIGO PENAL

Para dar execução ao pactuado no convênio firmado, teria sido realizado o procedimento de carta-convite (fls. 200/217) para a aquisição de um veículo automotor no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). Na oportunidade teriam concorrido as seguintes empresas: **CANADÁ VEÍCULOS LTDA, NOVATERRA VEÍCULOS E LOURIVAL FERREIRA NERY**, tendo este último vencido.

A materialidade delitiva encontra-se presente, uma vez que demonstrado nos autos que a Carta-Convite nº 23/2000 (fls. 200/217) jamais ocorreu, simulando-se a existência de procedimento licitatório, a fim de dar aparência, perante o TCU, de regularidade à aquisição do veículo automotor em comento.

Ouvido em juízo, o suposto licitante LUIZ CARLOS RODRIGUES ALVES, diretor administrativo da empresa Canadá Veículos Ltda, afirmou que não assinou nem reconhece como sendo suas as assinaturas apostas nos documentos de fls. 211 e 215, ressaltando que também não é de ninguém da Diretoria da empresa.

Já a testemunha ELAINE KARINE LAGES FORTES PORTELA, a qual aparece como a presidente da comissão de licitação na carta-convite em análise, afirmou que nunca foi presidente de comissão de licitação e que não sabia da existência do Convênio, ressaltando que trabalhava na prefeitura, mas como defensora dativa. Além disso, chamou a atenção para o fato de que o seu nome é Elaine, mas na assinatura constante nos documentos de fls. 202 e 215, grafou-se "Elane". Conclui informando que a sua assinatura foi falsificada, inclusive teria sido realizado o Exame Grafotécnico dos documentos supramencionados.

Ouvida perante a Polícia Federal, Ana Karina Ferreira de Macêdo, representante da NovaTerra Veículos, informou que nada foi encontrado relativo à participação da empresa em licitação na Prefeitura municipal de Nossa Senhora dos Remédios, não reconhecendo como sendo de qualquer representante da empresa os documentos de fls. 205 e 208.

Lourival Ferreira Junior não forneceu dados suficientes a respeito da existência da licitação, uma vez que as assinaturas constantes nos autos são de seu pai, o qual teria realizado a venda do veículo à prefeitura.

Francisco Cunha da Cruz, também ouvido em juízo, informou que, apesar de ser membro da comissão de licitação, somente digitava pastas de licitação e que já recebia tudo pronto, inclusive já com a indicação do vencedor, informando ainda que não enviou nenhum convite a



00190058520114014000

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Processo Nº 0019005-85.2011.4.01.4000 - 3ª VARA - TERESINA
Nº de registro e-CVD 00127.2019.00034000.2.00708/00128

licitantes.

A testemunha Francisco da Chagas Sousa limitou-se a confirmar que houve licitação no caso em testilha.

Ademais, o Laudo de Documentoscopia de fls. 788/798 concluiu que as assinaturas que foram questionadas em nome de ELAINE KARINE FORTES PORTELA às fls. 202 e 215 demonstram *“que esses manuscritos não foram produzidos pelo mesmo punho escritor”*. Com relação à LUIZ CARLOS RODRIGUES ALVES, o laudo aponta que às fls. 202 e 215 não constam qualquer assinatura em nome deste. Para mais, *“há, no documento de fls. 215, três assinaturas atribuídas a licitantes e que (...) Tais assinaturas não se identificam graficamente com os modelos de assinatura e rubrica padrão fornecidos em nome de LUIZ CARLOS RODRIGUES ALVES.”*

Verifica-se, portanto, que são ideologicamente falsos os documentos referentes à Carta Convite nº 23/2000, uma vez que esta jamais ocorreu, sendo falso o conteúdo da ata de fls.215, bem como a própria carta-convite de fls. 200/202.

Dessa maneira, resta comprovada a **materialidade delitiva** para o delito uso de documento ideologicamente falso (artigos 304 c/c 299, do Código Penal), em especial pela falsificação de assinaturas em documentos públicos, embasado pela perícia realizada nas assinaturas.

A autoria encontra-se devidamente demonstrada, quer pelo ofício de fls. 188, que atesta o uso da documentação falsa por parte do réu perante o TCU, quer pelo documento de fls. 216, em que o réu homologa licitação comprovadamente inexistente.

Em seu interrogatório, o réu não logrou êxito em desconstituir o conjunto probatório carreado aos autos, limitando-se a afirmar que o veículo foi comprado e tentando eximir-se de sua culpa, imputando-a aos membros da comissão de licitação. Reforçou ainda que Elaine tinha exercido o cargo de presidente da comissão de licitação, fato negado por esta em juízo e comprovado documentalmente a falsidade de suas assinaturas apostas na Carta- Convite nº 23/2000.

No entanto, não é possível que um gestor de um município pequeno não tenha controle sobre as licitações que ocorrem na municipalidade, não podendo, pois, transferir para terceiros responsabilidades que lhe competem.

Comprovada a autoria e a materialidade delitiva, insta verificar se restou devidamente comprovado o dolo do agente, o qual entendo presente.

De fato, utilizou-se o réu dos documentos ideologicamente falsos para o fim de justificar a prestação de contas e dar aparência de regularidade a processo de licitação sabidamente



00190058520114014000

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Processo Nº 0019005-85.2011.4.01.4000 - 3ª VARA - TERESINA
Nº de registro e-CVD 00127.2019.00034000.2.00708/00128

inexistente, visando ludibriar órgão público de fiscalização, qual seja, o TCU.

Não há como se cogitar da ausência de dolo na conduta do réu, mormente se considerarmos que este exercia o cargo de Prefeito, sendo seu dever, pois, homologar e verificar a regularidade dos procedimentos licitatórios da municipalidade.

Dessa feita, não há como se considerar um indiferente penal a conduta do réu de usar perante o Tribunal de Contas, documentos ideologicamente falsos.

DO DELITO CAPITULADO NO ART.304 c/c ART. 298, DO CÓDIGO PENAL.

A materialidade encontra-se devidamente comprovada, quer pelo laudo pericial de fls. 788/798, quer pelo depoimento dos representantes das empresas Canadá Veículos e Novaterra Veículos, que foram uníssonos em não reconhecer como sendo de representantes de suas empresas as assinaturas constantes nos documentos de fls. 208 e 211.

De fato, LUIZ CARLOS RODRIGUES ALVES, diretor administrativo da empresa Canadá Veículos Ltda, afirmou que não assinou nem reconhece como sendo suas as assinaturas apostas nos documentos de fls. 211 e 215, ressaltando que também não é de ninguém da Diretoria da empresa.

Perante a Polícia Federal a testemunha também não reconheceu como sendo de sua empresa o documento de fls. 206 (depoimento de fls. 335/337)

Ouvida perante a Polícia Federal, Ana Karina Ferreira de Macêdo (fls. 340/341), representante da NovaTerra Veículos, informou que nada foi encontrado relativo à participação da empresa em licitação na Prefeitura municipal de Nossa Senhora dos Remédios, não reconhecendo como sendo de qualquer representante da empresa os documentos de fls. 205 e 208.

Dessa maneira, resta comprovada a **materialidade delitiva** para o delito uso de documento materialmente falso (artigos 304 c/c 298, do Código Penal), em especial pela falsificação de assinaturas em documentos públicos, embasado pela perícia realizada nas assinaturas.

A autoria encontra-se devidamente demonstrada, quer pelo ofício de fls. 188, que atesta o uso da documentação falsa por parte do réu, quer pelo documento de fls. 216, em que o réu homologa licitação comprovadamente inexistente.

Em seu interrogatório, o réu não logrou êxito em desconstituir o conjunto probatório



00190058520114014000

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Processo Nº 0019005-85.2011.4.01.4000 - 3ª VARA - TERESINA
Nº de registro e-CVD 00127.2019.00034000.2.00708/00128

carreado aos autos, limitando-se a afirmar que o veículo foi comprado e tentando eximir-se de sua culpa, imputando-a aos membros da comissão de licitação.

No entanto, não é possível que um gestor de um Município pequeno não tenha controle sobre as licitações que ocorrem na municipalidade, não podendo, pois, transferir para terceiros responsabilidades que lhe competem.

Ademais, em seu interrogatório, o réu demonstrou ter ciência inclusive de que somente existia uma revendedora KIA, que era a única que possuía o veículo que queriam, entendendo, inclusive, que não seria caso de licitação, o que somente demonstra que o réu tinha ciência de que as assinaturas constantes relacionadas à empresas Canadá Veículos e NovaTerra Veículos eram materialmente falsas.

Comprovada a autoria e a materialidade delitiva, insta verificar se restou devidamente comprovado o dolo do agente, o qual entendo presente.

De fato, utilizou-se o réu conscientemente dos documentos materialmente falsos para o fim de justificar a prestação de contas e dar aparência de regularidade a processo de licitação sabidamente inexistente, visando ludibriar órgão público de fiscalização.

Não há como se cogitar da ausência de dolo na conduta do réu, mormente se considerarmos que este exercia o cargo de Prefeito, sendo seu dever, pois, homologar e verificar a regularidade dos procedimentos licitatórios da municipalidade.

DISPOSITIVO

Em face do exposto, **julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia para condenar RONALDO CESAR LAGES CASTELO BRANCO**, nas penas nos artigos 304 c/c 298 e artigo 304 c/c 299, do Código Penal, na forma do art. 70, do Código Penal.

À luz do disposto nos artigos 59 e 68 do Código Penal, passo à dosimetria da pena.

O réu não possui antecedentes criminais. A censurabilidade de sua conduta, no entanto, não apresenta grau normal em relação aos crimes, visto que utilizou de documentos falsos para ludibriar a Administração Pública. A conduta social e a personalidade devem ser avaliadas de modo favorável, visto que os autos não contêm elementos que atuem de modo negativo. Não há comportamento da vítima a ser sopesado. As circunstâncias são próprias do crime. As consequências são normais. Motivos inerentes à espécie delitiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Processo Nº 0019005-85.2011.4.01.4000 - 3ª VARA - TERESINA
Nº de registro e-CVD 00127.2019.00034000.2.00708/00128

Ponderadas as circunstâncias acima, existindo uma circunstância desfavorável fixo a pena-base em **01 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão para cada crime**.

Ausente atenuantes e agravantes.

Ausente causa de diminuição de pena.

Aplicando-se a regra do art. 70 do Código Penal, levando-se em consideração a quantidade de delitos praticados, a existência de unidade de desígnios e que são iguais as penas dos delitos imputados, aumento de 1/6 a pena do réu e **fixo a Pena Definitiva em 01 (um) ano e 9 (nove) meses de reclusão**.

Considerando as supracitadas circunstâncias, fixo a pena de multa em **120 (cento e vinte) dias-multa**, à base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato por dia-multa.

O **regime inicial** é o **ABERTO** (art. 33, *caput*, primeira parte, e §§ 2º, alínea "c" e 3º, do CP). Todavia, observo que há possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade, uma vez presentes os pressupostos objetivos e subjetivos do art. 44, §2º, segunda parte, do CP.

Portanto, por pertinente e adequado, substituo a pena privativa de liberdade de cada réu por 02 (duas) restritivas de direitos, as quais defino como sendo: **1) prestação pecuniária, consistente no pagamento em dinheiro, aqui fixado em R\$ 1.996,00 (mil, novecentos e noventa e seis reais)**, valor hoje correspondente a 02 (dois) salários mínimos, a ser pago em favor de entidade pública ou privada com destinação social (art. 45, § 1.º, do CP); **2) prestação de serviços à comunidade ou à entidade pública**, a ser oportunamente definida pelo Juízo da Execução.

Será o Juízo da execução da pena quem estabelecerá as tarefas a serem cumpridas pelo condenado (art. 46, CP, acrescido das alterações inauguradas pela Lei nº 9.174/98) e especificará a(s) entidade(s) beneficiária(s).

Concedo ao réu o **direito de recorrer em liberdade**, porquanto assim permaneceu durante o processo e em razão de inexistir qualquer motivo que justifique a decretação de sua custódia preventiva.

Custas pelo condenado.

Com o trânsito em julgado desta Sentença : **a)** Registre-se o nome dos réus no rol dos culpados; **b)** Comunique-se o desfecho desta relação processual ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, para os fins estabelecidos no art. 15, inciso III, da [Constituição Federal](#); **c)** Remetam-se os autos, à Contadoria do Juízo, para cálculo do montante devido quanto à pena de multa, que deverá



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Processo Nº 0019005-85.2011.4.01.4000 - 3ª VARA - TERESINA
Nº de registro e-CVD 00127.2019.00034000.2.00708/00128

ser recolhida em favor do fundo penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado ([CP](#), art. [50](#)).

Oportunamente retornem-me os autos conclusos para designação de audiência admonitória.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Teresina/PI, 1º de outubro de 2019.

VLÁDIA MARIA DE PONTES AMORIM

Juíza Federal Substituta da 3ª Vara Federal/SJPI